

MAPEAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA CARTA SB-22-X-D-1 NA ESCALA DE 1:50.000 E IDENTIFICAÇÃO DO USO DA TERRA

Almeida, K.M.M.¹; Felipe, L.B.²

¹Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; ²Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) foram definidas e constituídas pelo Código Florestal Brasileiro, tendo sido criadas para proteger o ambiente natural, o que significa que não são áreas apropriadas para alteração de uso da terra, devendo estar cobertas com a vegetação original existente. Este trabalho tem como objetivo a delimitação de APPs previstas na Legislação (Código Florestal Brasileiro – Lei 12.651/2012 – e resolução CONAMA 303/2002) e sua classificação em relação ao Uso da terra, de acordo com Terra Class 2010, disponibilizado pelo INPE, na escala de 1:50.000, apoiado na utilização de técnicas de ferramentas computacionais de geoprocessamento e produtos de sensores remotos. Este trabalho faz parte do Programa de Estudos em Sistemas Fluviais Araguaia-Tocantins, e fará parte das observações em Geomorfologia Fluvial na região de Marabá, antes do início da construção da barragem, prevista para o ano de 2015. O uso do solo foi classificado como: pasto, floresta, vegetação secundária, área urbana, não-floresta (solo desnudo, água, nuvem). O mapeamento permitiu identificar que 47.454,06 ha do total de 305.369,03 ha da região estudada, são caracterizados como áreas de preservação permanente, o que correspondeu a 15,78 % da área total da carta. As APPs identificadas foram as de Drenagens (95,2 %), Nascentes (0,8 %), Lagos (4,0 %). Em relação ao uso da terra em áreas que deveriam ser APPs, porém apresentam outro tipo de uso e ocupação do solo, ou seja, áreas que apresentam conflito de ocupação com a legislação ambiental vigente, a pastagem correspondeu a 32,18 % e a vegetação secundária 8,94 % do total de APPs. A principal função destas APPs é a preservação dos recursos hídricos. A conservação da mata ciliar ao longo dos rios, mantém o equilíbrio ecológico através da estabilização das margens, controlando o aporte de sedimentos nos rios evitando assim o processo de assoreamento das bacias hidrográficas. Diante do exposto, é notado a funcionalidade desses procedimentos automatizados, integrado as informações produzidas pelas imagens de satélite, podem produzir análises de extensas áreas e fornecer subsídios capazes de identificar e mensurar a ocorrência de conflito de uso da terra em áreas de preservação permanente, fortalecendo as ações ambientais de monitoramento e como suporte para os instrumentos jurídicos de controle e fiscalização ao cumprimento da lei e otimização do espaço físico, evitando conflitos pelo uso da terra.

PALAVRAS-CHAVE: GEOPROCESSAMENTO. USO DO SOLO. APPs.